

VERIFICANDO A HIPÓTESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO PELA ÓTICA DA PAUTA DE IMPORTAÇÃO E CÂMBIO

Nelsivan Gonçalves Bispo*

Rafael Cardoso Cunha **

Luciano Ricardo Menegazzo***

Resumo: Este artigo discute a hipótese de desindustrialização no Brasil a partir de indicadores não usualmente encontrados na literatura com base em dados sobre as importações e o câmbio. No compêndio geral, onde se faz um apanhado dos debates ao longo do tema, dados relativos à produção por intensidade tecnológica e emprego apontam que o setor manufatureiro ainda é importante, contrariando a maioria das conclusões. Mostra-se, por conseguinte, a visão de que o câmbio é uma variável importante no desempenho da indústria tanto para facilitar a sua dinâmica nos mercados interno e externo, como na importação de máquinas e equipamentos, colaborando para a formação bruta de capital fixo.

Palavras Chave: Desindustrialização; câmbio; importação; setor industrial.

CHECKING THE EVENT OF THE OPTICAL DEINDUSTRIALISATION IMPORT TARIFF AND EXCHANGE

Abstract: This article discusses the possibility of deindustrialization in Brazil based on indicators not usually found in the literature based on data on imports and foreign exchange. In general textbook, which provides an overview of the debates over the issue, data on production and employment by technological intensity indicate that the manufacturing sector is still important, contrary to most of the findings. It shows therefore the view that the exchange is an important variable in the performance of the industry both to facilitate their domestic and foreign markets, such as imports of machinery and equipment, contributing to gross fixed capital formation.

Key-words: Deindustrialization; exchange; importation; industrial sector.

*Nelsivan Gonçalves Bispo. Mestre em Economia - UFBA. vann_bispo@yahoo.com.br

**Rafael Cardoso Cunha. Mestre em Economia - UFBA. rafael.cunha@labtrans.ufsc.br

***LucianoRicardo Menegazzo. Mestrando em Economia – UFSC. lucianomenegazzo@labtrans.ufsc.br

1 - INTRODUÇÃO

Como se pode observar, uma das consequências da mudança da estrutura produtiva que ocorreu na década de 1990 foi à especialização da pauta exportadora brasileira em *commodities* agrícolas e minerais, pelo menos em termo de valor. Isto vem sendo demonstrado e evidenciado por vários pesquisadores há alguns anos, dando assim, uma sustentação ao processo de desindustrialização no Brasil.

A reprimarização tanto brasileira como de toda a América Latina traz um debate sobre as reais necessidades de uma pauta exportadora industrializada para o desenvolvimento na mais-valia da indústria para contrapor com as vantagens comparativas da pauta de *commodities*. Muitos autores pregam que o processo de desindustrialização no Brasil vem de um processo natural de maturidade, onde a economia passa a empregar mais no setor de serviços devido à maior produtividade na indústria, já alguns autores mostram que a perda de importância da indústria ocorre devida uma volta ao equilíbrio saído depois do choque da industrialização ocorrida em meados dos anos setenta, sendo uma volta ao cenário anterior ao choque. Outros autores demonstram que há em processo de “doença holandesa” ocorrendo no Brasil, isso devido principalmente à entrada de capitais puxadas pelas vantagens de juros que por outro lado fortalecem a moeda e diminui a competitividade do produto nacional. Por fim, devido às vantagens de preços das *commodities* agrícolas e minerais, a pauta exportadora está sendo mais concentrada nesses produtos, em contrapartida, a exportação da indústria cai, e isso agrava com a entrada de produtos importados seguidos da vantagem do câmbio, fazendo com que muitos autores justifiquem a seqüencial perda da participação da indústria no PIB.

Segundo essas alegações, esses autores (que serão mais explorados na primeira parte deste artigo) procuram justificar a redução dos números da indústria em relação ao PIB e à pauta exportadora brasileira. Esta análise não é nenhuma novidade no meio dos debates, mas é muito importante para nos dar uma base de comparação ao nosso objetivo mais adiante, que é analisar um possível cenário de desindustrialização pela ótica das importações, e confirmar a importância do fator câmbio para a dinâmica da indústria nacional.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir a hipótese da reprimarização a partir de uma análise da pauta de importação e estudar como o câmbio é de fundamental importância para o entendimento da reversão da pauta exportadora brasileira nos últimos anos. Assim, será possível contribuir para o debate do tema, alertando que as pesquisas recentes (principalmente da última década) analisaram esse processo apenas a partir

da visão da pauta exportadora. Dessa forma, a questão central desse ensaio, será analisar o processo de desindustrialização partindo de uma análise mais completa, revisando os conceitos de desindustrialização, analisando a pauta exportadora e importadora e partindo para um estudo do câmbio como variável importante do PIB industrial.

Com a intenção de estudar essa relação, o texto está organizado em quatro seções. Na primeira faremos uma discussão a respeito da conceituação e das obras de autores que se dispuseram a estudar o tema, a segunda sessão fundamentará uma análise da participação da indústria na pauta exportadora, na seqüência avaliamos a importância da análise das importações no processo de desindustrialização e na quarta parte identificaremos a relação do câmbio nesse processo.

2- CONCEITUAÇÃO E EVIDÊNCIAS DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O termo desindustrialização vem sendo muito usado para designar a perda relativa da indústria no emprego e na renda. Com isso foi observado que a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro vem declinando desde o início da década de 80, um movimento que se acentuou juntamente com a apreciação da taxa de câmbio nos últimos anos. As evidências do processo de desindustrialização, ou seja, de uma reversão da pauta exportadora no Brasil, estão presentes em vários trabalhos publicados. Dessa forma, é interessante nesta seção um breve resgate de alguns autores selecionados que se prontificaram a analisar esse movimento de reprimarização nos fornecendo elementos empíricos para uma discussão na seção posterior.

Clark (1957) afirma que esse processo ocorria, em países desenvolvidos, devido à elevação da demanda por serviços em detrimento da demanda por manufaturados, à medida que a renda per capita se eleva. Rowthorn e Ramaswamy (1999), por sua vez, ressaltam que a desindustrialização das economias avançadas decorria não apenas pela relação da demanda de manufaturados e de serviços, mas que era um processo natural, pois à medida que os países aumentam de forma consistente sua renda per capita, a elasticidade renda da demanda por produtos industrializados se reduz. Assim a desindustrialização pode ser vista como uma diminuição da participação do emprego na indústria, que incorre por incorporação de novas tecnologias que aumentam a produtividade. Ela é também caracterizada pela diminuição dos

bens manufaturados no produto e no emprego em relação a outros setores, principalmente o de serviços.

Ainda em Rowthorn e Ramaswamy (1999) a desindustrialização é explicada principalmente por fatores que são internos ao das economias avançadas, isto é, como resultado das interações entre os padrões de preferência alternando entre industriais e de serviços, o mais rápido crescimento da produtividade na fabricação, em comparação aos serviços e o declínio associado relativo no preço de fábrica.

Para Tregenna (2008), a desindustrialização é normalmente conceituada como um declínio na indústria transformadora como uma percentagem do emprego total. A partir de uma perspectiva de desindustrialização kaldoriana, poderia ter implicações negativas para o crescimento em longo prazo, dado um especial crescimento das propriedades de fabricação.

Analisando os autores que estudaram o caso brasileiro, Soares e Teixeira (2010), afirmam que não há desindustrialização absoluta no Brasil, pois ambos os níveis de produto e emprego têm aumentado. Há uma perda relativa no produto e emprego, no entanto, esta não tem sido contínua. O emprego relativo na indústria mostrou sinais de crescimento a partir de 2004, ao mesmo tempo em que a trajetória do produto se mostrou mais regular com aumentos e declínios no período, porém com níveis inferiores do início da década de 90.

Dias e Pinheiro (2007), chegaram à conclusão de que o Brasil persiste na exportação especializada em produtos de baixo valor agregado, onde mais de 50% da pauta exportadora brasileira concentra-se em *commodities* ou produtos intensivos em trabalho. Da mesma forma, De Negri (2005), mostra que os produtos classificados como *commodities* ou intensivos em capital são os únicos que contribuem para a geração de saldos comerciais positivos. Por outro lado, os produtos de média e alta intensidade tecnológica, além de não contribuírem para o superávit comercial, também apresentam déficits muito elevados em seus respectivos setores no período 2000-2003.

Em Bresser-Pereira e Marconi (2008), há a afirmação de que a moeda apreciada e o desequilíbrio comercial, no caso brasileiro, seriam os indícios de um cenário de “doença holandesa”. Para Bresser-Pereira (2005), o processo decorrente na economia brasileira não é provocado pelo avanço natural da economia, pois ocorre no país uma “desindustrialização precoce”, ou seja, uma transferência de mão-de-obra para os setores agrícolas, mineradoras, agroindustriais e indústria de baixo valor adicionado *per capita*. Isso se deve à manutenção de políticas que provocam a apreciação da taxa de câmbio e impedem o crescimento dos setores de maior valor agregado, especialmente àqueles que atraem poupança externa.

Nesse sentido, observa-se que a especialização setorial em bens intensivos em recursos naturais e na produção de *commodities* com baixa elasticidade-renda pode conduzir a economia brasileira a um processo de desindustrialização, retardando o desenvolvimento econômico.

Nesse mesmo momento pode-se referir ao fato de que com relação à política cambial, o argumento de alguns autores é que a redução da taxa real de câmbio, o aumento da demanda externa, combinado com o aumento dos preços relativos das *commodities*, e o crescimento da economia mundial contribuíram para o *boom* das exportações brasileiras até 2007. Nessa perspectiva, verifica-se que um câmbio apreciado pode contribuir para um cenário de ‘doença holandesa’ porque mesmo não havendo a descoberta de novos recursos naturais, ocorreria uma tendência à especialização de exportação de produtos primários ou manufaturados intensivos em recursos naturais e mão-de-obra, favorecidos pela política cambial.

Bresser-Pereira e Marconi (2008) definem ‘doença holandesa’ não em função da perda relativa do emprego na indústria, mas devido a uma apreciação ‘crônica’ da taxa de câmbio que desestimula o setor industrial *tradable*. Nassif (2008), por sua vez, ressalta que embora não exista consenso sobre uma desindustrialização para o caso brasileiro, os autores têm procurado explicar o processo de desindustrialização como resultado tanto do modelo de substituição de importações quanto do processo de abertura comercial e da política de câmbio apreciado, associado à alta dos preços relativos das *commodities*.

Em se tratando do pensamento de Furtado (2000), entende-se que o sentido da atual tendência à reprimarização está estruturalmente associado à recorrente opção das elites dirigentes do país por manter atualizado o processo de modernização que não resolve o problema básico de uma economia subdesenvolvida que é de gerar emprego. Mas que exige um permanente esforço descomunal para manter a capacidade de importar através dos saldos de comércio tradicionalmente de gêneros primários (ou *commodities* processadas), já que os manufaturados mantêm-se voltados para o mercado interno.

Palma (2005) defende que a desindustrialização é inerente ao processo de desenvolvimento econômico, implicando na elevação da renda *per capita*. Ele explica que inicialmente o aumento da produtividade na agricultura levaria a um aumento da demanda por bens de consumo por parte daqueles que se beneficiam deste aumento da produtividade. A força de trabalho se deslocaria para outros setores da economia, a dinâmica do processo de crescimento reforçaria este movimento e, na fase em que a renda *per capita* já se encontra

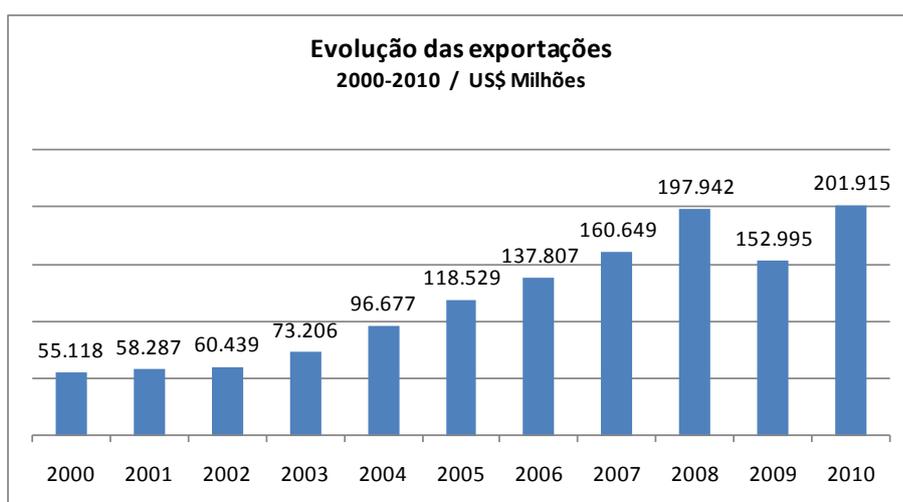
mais elevada, a participação do emprego da manufatura no emprego total se reduziria, caracterizando assim o processo de desindustrialização.

3- ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA

A partir de Tregenna (2009), que considera que os efeitos da desindustrialização são diferenciados em diversas variáveis, como participação da indústria no valor adicionado, pauta exportadora, emprego e produtividade, e com diversos enfoques de diferentes autores para explicar a desindustrialização, o objetivo dessa seção é fazer comparações que se referem aos dados da década de 2000.

Analisando a evolução das exportações (Gráfico 1), percebe-se um grande incremento no volume de comércio internacional, principalmente para exportação a partir de 2004. Índícios como o aumento do preço internacional das commodities e crescimento da economia explicam esse fenômeno, com uma breve redução em 2009, ano de crise. Esse crescimento não foi suficiente para assegurar a importância das exportações no valor agregado da economia, como visto na participação das exportações no PIB (Gráfico 2). Esse fato se deve, essencialmente, ao aquecimento do mercado interno, quando houve a reversão do período de baixa do real, que estava desvalorizado principalmente no período de 2002 até início de 2005.

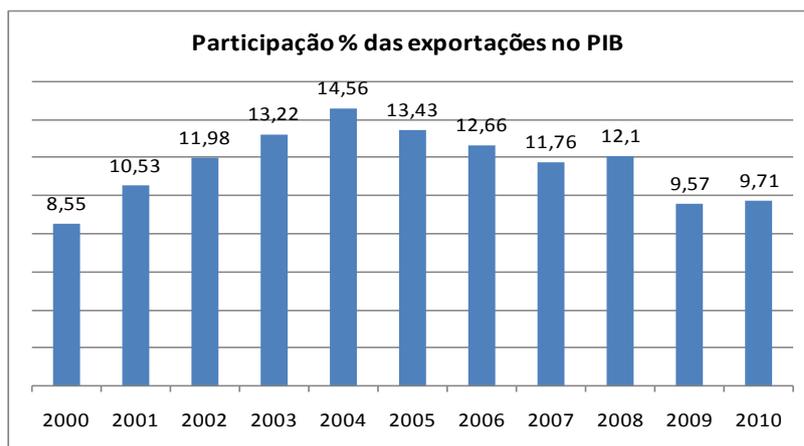
Gráfico 1 – Evolução das exportações



Fonte: SECEX/MDIC

A reversão do câmbio não segurou o volume de exportação de *commodities*, mas fez reduzir os ganhos dessa operação. No caso dos *tradables*, a taxa de câmbio foi sentida com mais intensidade devido à competitividade dos preços internacionais e à entrada de importados que cresceu em razão da valorização cambial.

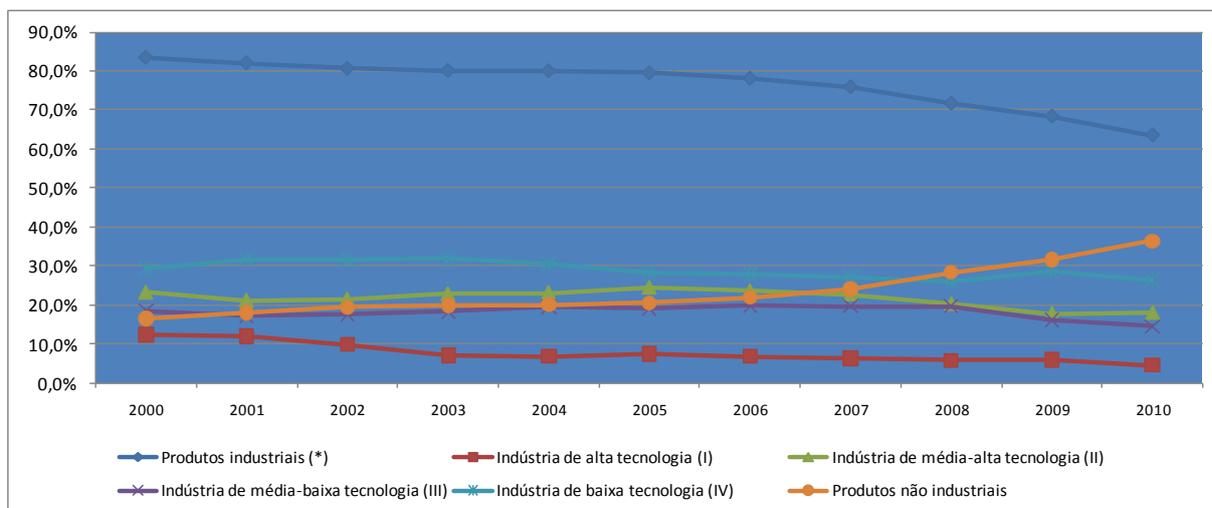
Gráfico 2 – Participação das exportações no PIB



Fonte: Dados MDIC/SECEX

Há, portanto, uma dinâmica diferenciada entre as *commodities* e os produtos industrializados. Enquanto os primeiros ainda aproveitam a vantagem da alta dos preços internacionais, os segundos, a preços competitivos, perdem espaço na pauta exportadora, principalmente a partir de 2007, e com maior intensidade em 2009 e 2010 (Gráfico 3). É importante frisar que o câmbio valorizado é prejudicial para ambos os setores, mas é evidente que o setor *tradable* é muito mais afetado. Outro fator que pode ser evidenciado para a perda da participação dos setores industriais na pauta de exportação é a diminuição da demanda internacional, devido à crise de 2008, mas percebe-se uma perda já em 2007, um ano antes da crise. A queda da demanda devido à crise não pode ser então um dos principais motivos, volta-se então à questão do câmbio valorizado e a do mercado interno aquecido.

Gráfico 3 - Exportação Brasileira dos Setores por Intensidade Tecnológica (2000-2010)



Fonte: Dados SECEX/MDIC
*Valores em relação as exportações totais

Para explicar melhor as transformações na pauta exportadora é interessante expor aqui a diferenciação dos setores em intensidade tecnológica. A tabela 1 traz essa relação. Os setores I e II, que possuem maior valor agregado e são detentores de vantagem comparativa são os que estão perdendo força na pauta exportadora. É essa relação que pode demonstrar uma desindustrialização prejudicial. De certo, como Oreiro e Feijó (2010) chamam a atenção, a desindustrialização não é necessariamente ruim, pois a queda relativa da participação da indústria no produto e emprego pode vir acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior valor adicionado na pauta de exportações. Entretanto, vale ressaltar, este não é o caso brasileiro.

Tabela 1 – Setores industriais segundo intensidade tecnológica

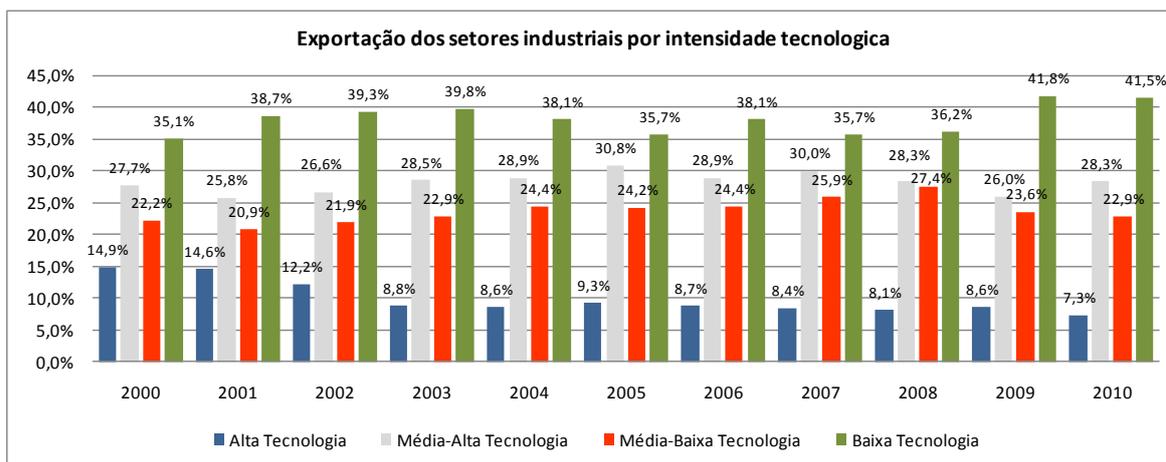
Tabela : Setores industriais segundo intensidade tecnológica

Indústria de alta tecnologia (I)	Indústria de média-alta tecnologia (II)	Indústria de média-baixa tecnologia (III)	Indústria de baixa tecnologia (IV)
Aeronáutica e aeroespacial	Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	Construção e reparação naval	Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados
Farmacêutica	Veículos automotores, reboques e semi-reboques	Borracha e produtos plásticos	Madeira e seus produtos, papel e celulose
Material de escritório e informática	Produtos químicos, excl. farmacêuticos	Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	Alimentos, bebidas e tabaco
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	Outros produtos minerais não-metálicos	Têxteis, couro e calçados
Instrumentos médicos de ótica e precisão	Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	Produtos metálicos	

Elaborado através de dados SECEX/MDIC

Com o conhecimento da agregação dos setores por intensidade tecnológica (Gráfico 4), podemos avaliar que a hipótese de Oreiro e Feijó não se confirma. Pelo contrário, os itens de alta tecnologia sofreram perda acumulada de 7,6% na última década e acontece praticamente uma transferência do volume de exportação para os itens de baixa tecnologia.

Gráfico 4 - Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica



Fonte de dados: MDIC/SECEX

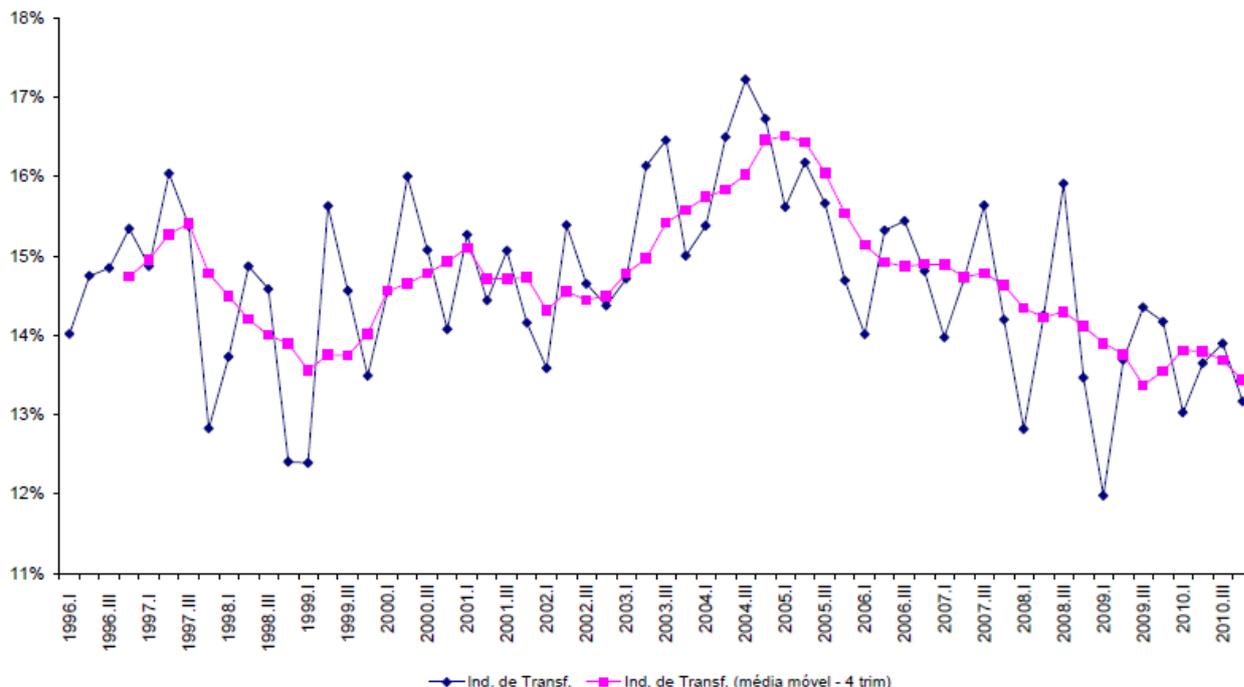
O que se pode concluir é que apesar dessa perda, não ocorre uma grande mudança para foco nos produtos de baixa tecnologia, e os demais setores segundo sua intensidade tecnológica praticamente ficaram estáveis durante todo o período. Evidenciamos então que não podemos configurar que está ocorrendo uma desindustrialização na pauta exportadora, e sim um longo período onde os produtos de baixa tecnologia possuem maior importância devida sua maior demanda externa.

Para uma análise mais completa da perda da participação da indústria na economia brasileira, devemos avaliar também, segundo Nassif (2008), a participação da indústria no produto agregado. Uma perda da participação da indústria na pauta exportadora, juntamente com sua diminuição na participação do produto agregado, pode confirmar uma tese de desindustrialização, pelo fato do mercado interno não estar absorvendo a perda sofrida na pauta exportadora.

A partir da análise das Contas Nacionais Trimestrais e por meio da avaliação da média móvel em quatro trimestres, averiguamos que a participação da indústria no PIB apresentou tendências distintas e bem definidas, explicáveis mais como resposta aos atuais cenários do que tendências em virtude de políticas econômicas adotadas. Além disso, ocorre um leve aumento nos trimestres iniciais, quando se encerra o regime de câmbio semi-fixado, entre 1999,

a indústria perde quase dois pontos percentuais no PIB, de 15,4% para 13,6% (visto no Gráfico 5).

Gráfico 5 – Participação da indústria de transformação no PIB – preços correntes em %.



Fonte: Dados IBGE, elaboração: SQUEFF, Gabriel C.

A partir desta data até início de 2001, a indústria passa a ganhar participação no PIB, retornando ao patamar de 1997. O processo é interrompido no mesmo ano e se mantém instável até final de 2002, provavelmente devido aos problemas de racionamento de energia. Em seguida, inicia-se um processo pujante atingindo o recorde nesse período de análise de 16,5% no início de 2005. Contudo, a partir desse ano até o presente momento há uma inequívoca tendência de queda. No terceiro trimestre de 2010 a indústria representa 13,7% do PIB, uma importância praticamente igual a do período de adoção do regime de câmbio flexível. Isso pode indicar uma grande influência do câmbio na determinação do valor agregado industrial, já que esse período de queda foi acompanhado por uma grande valorização do real, salvo o período de crise (final de 2008 e início de 2009).

Não é completo inferir, exclusivamente nos dados acima, que o Brasil esteja passando por um processo de desindustrialização que comprometa o desenvolvimento econômico. Para tanto, é necessário analisar a questão de emprego na produção de maneira desagregada, conforme segue na tabela 2.

Tabela 2 – Emprego formal distribuído por intensidade tecnológica na indústria

Tabela - Composição do estoque de emprego formal, segundo intensidade tecnológica e demais setores (%)

Ano	Indústria de transformação					Total	Indústria Extrativa	Agricultura	Outros
	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Reciclagem				
2000	12,5	5,3	4,3	1,0	0,1	23,2	0,5	5,6	70,8
2001	12,4	5,3	4,3	1,0	0,1	23,1	0,5	5,5	71,0
2002	12,4	5,3	4,3	0,9	0,1	23,0	0,5	5,4	71,1
2003	12,4	5,2	4,2	0,9	0,1	22,8	0,5	5,6	71,0
2004	12,8	5,4	4,4	1,0	0,1	23,7	0,5	5,7	70,3
2005	12,4	5,3	4,3	1,0	0,1	23,1	0,5	5,1	71,2
2006	12,3	5,3	4,3	1,0	0,1	23,0	0,5	5,0	71,5
2007	12,2	5,4	4,4	1,0	0,1	23,1	0,6	4,8	71,6
2008	11,8	5,4	4,4	1,0	0,1	22,7	0,6	4,6	72,1
2009	11,6	5,2	4,1	1,0	0,1	22,0	0,6	4,4	73,1
2010	11,4	5,2	4,2	1,0	0,1	21,9	0,6	4,1	73,4

Fonte: CAGED/TEM Elaboração com base em: SQUEFF, Gabriel C

Embora não seja recomendável avaliar a dinâmica industrial desconsiderando a informalidade, verifica-se na tabela 2 uma grande estabilidade na distribuição do emprego celetista no país desde 2000. O grupo denominado de “Outros”, composto majoritariamente pelo setor de serviços, foi o único que apresentou aumento em sua participação no emprego formal total, embora de magnitude reduzida (pouco inferior a 4%). No que concerne à indústria de transformação vis-à-vis o total de emprego, observamos uma leve redução, ligeiramente inferior a 2%. Já com relação à composição do emprego industrial segundo intensidade tecnológica, verificamos uma estabilidade ainda maior e indícios de que, sob esta ótica, a tese da desindustrialização e/ou especialização regressiva em setores de baixo valor agregado não encontra respaldo. Com efeito, o setor de baixa tecnologia reduz sua participação no total de emprego formal no período em apenas 1%, enquanto que no extremo oposto verificamos que o emprego nos setores de alta tecnologia manteve sua (reduzida) participação estável.

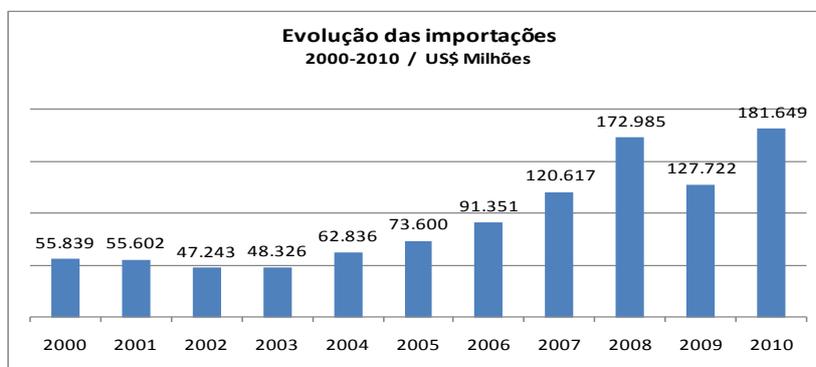
Entendemos assim que existem sinais contraditórios acerca da hipótese de desindustrialização brasileira. Em linhas gerais, os indicadores internos não apontam que a estrutura industrial brasileira esteja estagnada ou que esteja em curso um processo de especialização em setores de baixo conteúdo tecnológico. Por outro lado, os dados relativos ao setor externo, apesar de também não mostrarem uma tendência e sim uma resposta ao atual cenário externo, apresentam sinais preocupantes se levarmos em consideração a composição das exportações no que tange à manutenção de superávits comerciais na indústria. Para saber

se a perda da indústria na economia é uma tendência ou cenário momentâneo, seguimos agora para a análise das importações na produção industrial.

4- ANÁLISE DAS IMPORTAÇÕES PARA O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.

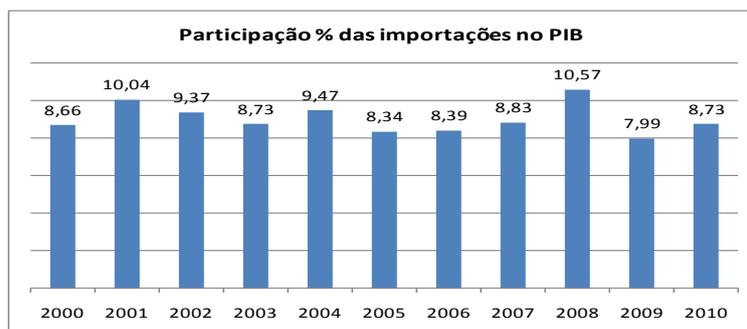
A evolução das importações é completamente distinta do que vimos na sessão anterior a respeito da evolução das exportações, embora ambas seguissem a mesma lógica (Gráfico 6): um aumento a partir de 2004, acompanhando o PIB e o crescimento do comércio mundial, revertendo-se em 2009, ano chave após a crise. A distinção evidente que podemos mencionar é a participação das importações no PIB, que ao contrário da queda das exportações, se manteve praticamente estável no período analisado, como visto no Gráfico 7. Do mesmo modo que analisamos a queda das exportações, enfatizando o câmbio valorizado como causa da perda dos ganhos das *commodities*, aqui pode auferir o câmbio favorável às importações.

Gráfico 6 – Evolução das importações



Fonte: SECEX/MDIC

Gráfico 7 – Evolução das importações no PIB



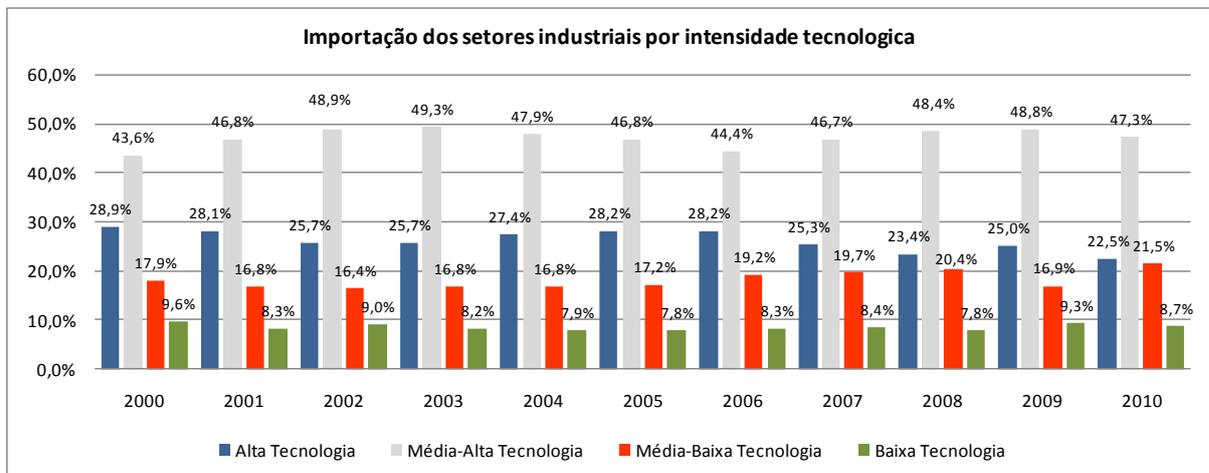
Fonte: Dados MDIC/SECEX

Para desenvolvermos mais a análise de uma possível desindustrialização da indústria brasileira pela ótica das importações, vamos desmembrar os dados e analisar por setores de intensidade tecnológica. A evolução da participação por intensidade tecnológica pode nos dizer muito sobre o atual cenário industrial e nos mostrar uma tendência de desindustrialização ou não, assim como os fatores para comprovação de tal análise.

No Gráfico 8, logo abaixo, percebe-se um comportamento mais estável ao longo dos anos, embora existam algumas oscilações importantes. Sobre a indústria de alta tecnologia, por exemplo, que diminuiu sua participação em quase 6,5% no período, podemos interpretar que produtos de informática, material de escritório e eletrônicos, produtos estes que são caracterizados como alta tecnologia, antes mais visados para exportação, estão agora aproveitando o aquecimento do mercado interno. E vemos também um aumento nas importações de produtos de média-baixa tecnologia, talvez aproveitando o câmbio valorizado e sendo usados como *hedge* produtivo, o que veremos mais adiante. Vale ressaltar que os produtos de média-alta tecnologia e os de baixa tecnologia permanecem em suas participações históricas, não podendo construir hipóteses além das já supracitadas.

Para enfim chegar a uma análise mais satisfatória deve-se analisar a utilização dos itens importados e averiguar a participação por categorias de uso. Uma vez que temos a participação dos bens de capital na pauta importadora, podemos associar com a formação bruta de capital e concluir através desse compêndio se realmente existe um cenário de desindustrialização ocorrendo na economia nacional.

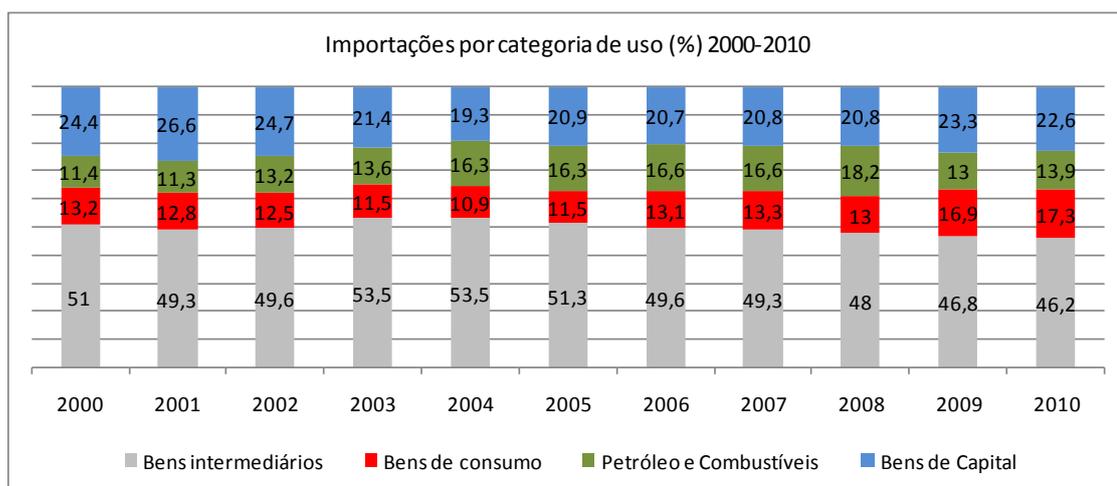
Gráfico 8 – Importação brasileira dos setores industriais por intensidade tecnológica



Fonte de dados: MDIC/SECEX

Com o intuito de analisar melhor a hipótese de hedge produtivo, é necessário analisar a pauta importadora de cada setor por categoria de uso (Gráfico 9), pois segundo Marconi & Barbi (2010) para que tal suposição seja plausível é necessário que a evolução das importações de intermediários seja superior aos demais grupos. Ao contrário do que afirmam os autores, os dados aqui indicam que não necessariamente ocorre este tipo de hedge, os bens intermediários, ao contrário de evoluírem, caem significativamente no período, principalmente a partir de 2008, mas, mesmo assim, possuem maioria na participação total. O preocupante aqui são os dados referentes a bens de consumo e bens de capital. Enquanto os bens de consumo aumentam sua participação na última década (de 13,2% para 17,3%), os bens de capital sofrem contração (24,3% para 22,6%), apesar de uma tímida diminuição, o que pode preocupar, uma vez que o ideal seria um aumento de bens de capital e uma constância, na pior das hipóteses, na importação de bens de consumo.

Gráfico 9 – Importação brasileira por categoria de uso



Fonte: MDIC/SECEX

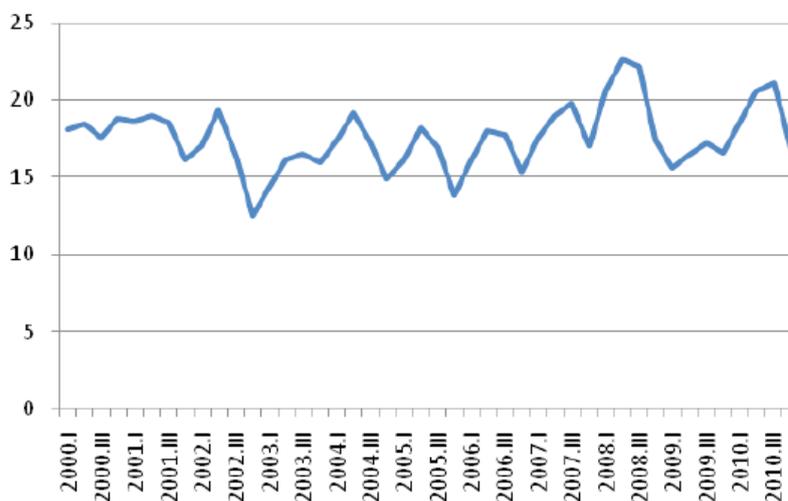
Há de se frisar que ambas as categorias seguem a dinâmica do câmbio, que no período de valorização do real acabaram por perder volume de importação. Apesar disso vemos que a maior elasticidade de importação de bens de consumo resulta em ganhos de espaço perante os bens de capital. Se nenhuma ação de política econômica for tomada, esta tendência pode levar à inversão da participação dessas categorias nos próximos anos.

Apesar dos dados relativos ao setor externo apontarem para um cenário mais preocupante com relação ao desempenho da indústria e sua relevância no processo de crescimento econômico, a formação bruta de capital como proporção do PIB se mantém estável na última década (Gráfico 10), possuindo variância relativamente constante e, a

primeira vista, não dependente diretamente de fatores como câmbio e outros instrumentos de política econômica. Desta maneira, o que podemos apontar como fator principal desse possível cenário de perda da participação da indústria nacional? Vimos até aqui que o câmbio exerce muita influência tanto na pauta exportadora como na importadora.

A taxa de câmbio pode ser uma ferramenta de política industrial, já que a desvalorização cambial pode alterar a relação de exportação/importação e provocar mudança na composição das exportações de bens tradicionais para industrializados, o que evita não somente uma desindustrialização, como também é capaz de promover uma mudança estrutural na economia.

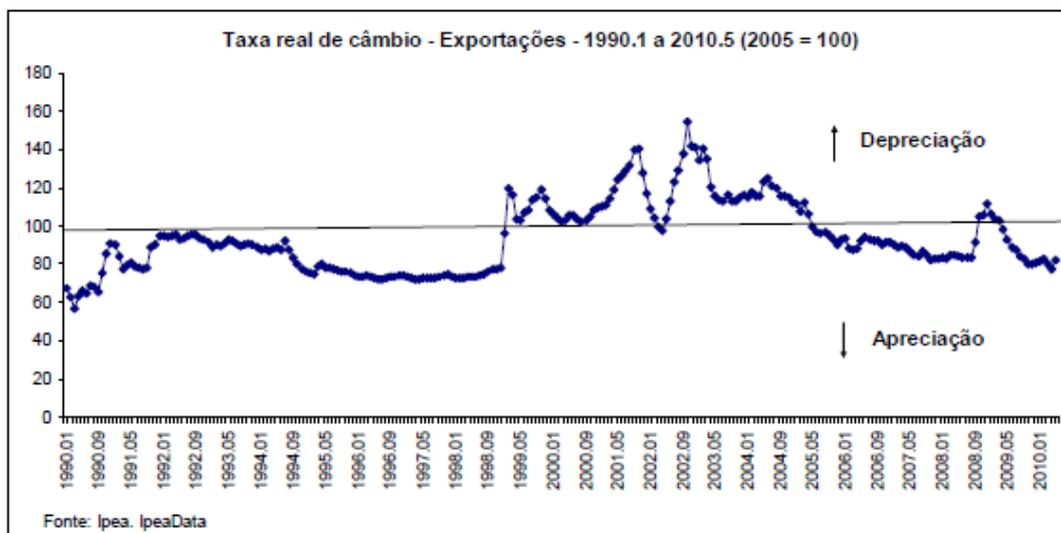
Gráfico 10 – Formação Bruta de Capital/PIB (%)



Fonte: Contas trimestrais FIBGE/Adaptado de: SILVA, Vera Martins.

Pelo Gráfico 11, no período onde a taxa estava depreciada (em relação à taxa de equilíbrio), entre 2000 e 2004, a participação da indústria no PIB passou de 17,1% para 21,1%. Com efeito, podemos afirmar que a variação da participação da indústria no PIB tem sido reflexo mais da política adotada e da conjuntura internacional do que um cenário sistemático de desindustrialização.

Gráfico 11 – Taxa real de câmbio (2005=100)



Elaborado por: SOARES, Cristiane & TEIXEIRA, Joaúdio (2010)

A análise cambial é de grande importância e contribuição para o entendimento do real processo pelo qual vem passando o setor exportador brasileiro nos últimos anos. Por isso, essa seção irá focar na forma que a flutuação do câmbio pode ser decisiva no comportamento das exportações e importações brasileiras e como isso está afetando as exportações de bens com alto valor agregado.

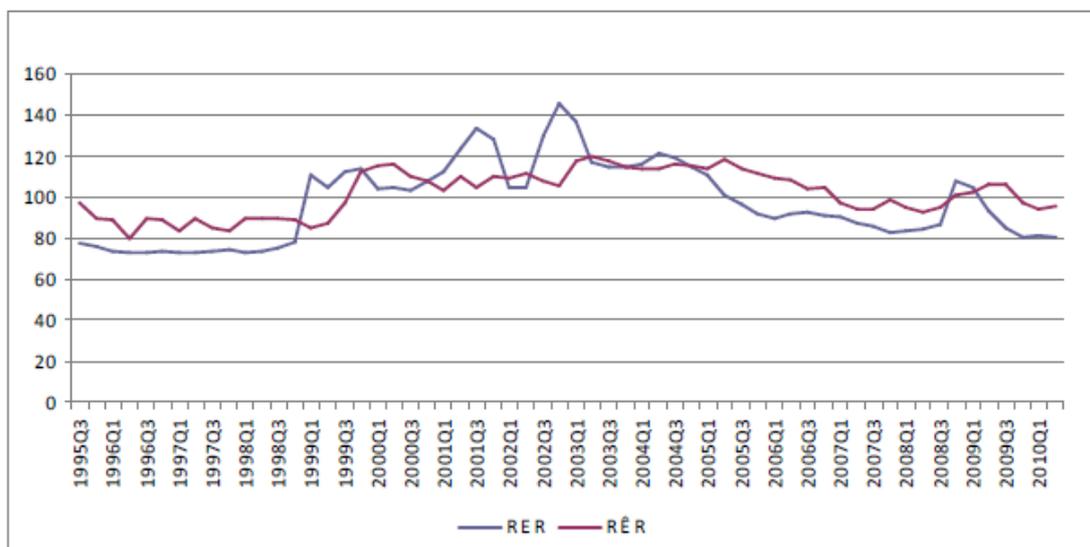
Nessa perspectiva, Oreiro e Feijó (2010) afirmaram que o Brasil passou por uma desindustrialização no período 1986-1998. Esses autores atribuem à condução da política macroeconômica como a principal causa do processo de desindustrialização, principalmente a política cambial.

Gala (2008) em seu trabalho salienta que as excessivas apreciações têm impedido muitas economias em desenvolvimento alcançarem um estágio maduro, levando a uma perda de competitividade no setor industrial. Porém, apesar de o câmbio ser um importante instrumento de competição via preços, na perspectiva kaldoriana pode ser entendido como uma ferramenta de política industrial, uma vez que a desvalorização cambial tende a alterar a elasticidade exportações/importações e a mudar a composição das exportações de bens tradicionais para manufaturados, evitando não apenas uma desindustrialização, mas também provocando uma mudança estrutural na economia.

Assim, observamos que, para os que defendem que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização, o câmbio apreciado é um dos principais problemas, pois durante toda a década de 90 apresentava-se apreciado, embora no fim da década ocorresse

uma reversão, quando ocorreu, inclusive, a mudança de regime – de câmbio fixo para câmbio flutuante. No entanto, o que se discute é o desalinhamento cambial em relação à taxa de câmbio efetiva e a de equilíbrio. No Gráfico 12, são ilustrados dois períodos de relativo desalinhamento cambial, o primeiro no período 95/98 e o segundo no período recente 2005/2010. Não se esquecendo de ressaltar que no período em que a taxa de câmbio estava alinhada, entre 99/2004, a participação da indústria no PIB apresentou um aumento aproximado a 4,4%, passando de 17,1% para 21,1%.

Gráfico 12: Taxa Real Efetiva de Câmbio (RER) e Taxa Real Efetiva de Equilíbrio (RÊR) no Brasil (1995/3T – 2010/1T)



Fonte: Oreiro & Araujo (2010) e IPEADATA.

Partindo do pensamento de Tregenna (2009), a existência de um câmbio real apreciado ou sobrevalorizado não é suficiente para caracterizar um processo de desindustrialização ou sinais de doença holandesa, uma vez que para ele, apenas uma redução persistente da participação da indústria no emprego e no valor adicionado total seria um sinal conclusivo de ocorrência de desindustrialização. O cenário descrito está ocorrendo apenas parcialmente no caso brasileiro. A autora caracteriza três tipos distintos de comportamento do emprego e produto na indústria. O primeiro caso ocorre quando há uma perda absoluta, ou seja, há uma redução do nível de produto e emprego na indústria, o que não está acontecendo no Brasil. O segundo comportamento diz respeito a uma perda relativa em relação ao produto e emprego

total, é o que, segundo Tregenna (2009), está acontecendo no Brasil. E por fim, o terceiro comportamento é dado pela análise da intensidade do efeito em cada variável.

A figura acima (Gráfico 12) nos mostra também que desde o primeiro trimestre de 2005 a economia brasileira convive com uma situação de sobrevalorização cambial. Isso foi temporariamente eliminada no último trimestre de 2008 devido à forte desvalorização cambial ocorrida no Brasil após a falência do Lehman Brothers¹². Porém, como já foi dito, isso foi passageiro e já no primeiro trimestre de 2009 constatou-se o ressurgimento desse problema da sobrevalorização cambial com a volta de uma política de valorização do Real. Assim, verificou-se que no início de 2010 a taxa real efetiva de câmbio encontrava-se quase 20% abaixo do seu valor de referência determinado pelos “fundamentos”.

Comparando os dados dos gráficos 12 (Taxa real efetiva e Taxa real efetiva de equilíbrio), 11 (Taxa real de Câmbio), 9 (Importação brasileira por categorias de uso) e 5 (participação da indústria de transformação no PIB), conseguimos comprovar a relação inversa de câmbio e participação de indústria no PIB. Nos períodos de câmbio depreciado há uma maior autonomia da indústria (2002/2005), e no caso inverso de perda de força do setor industrial é sempre seguido por câmbio valorizado no mesmo período (2006-2009), o que confirma a necessidade de uma política cambial mais efetiva. Segundo dados de importação por categorias de uso (gráfico 9), a valorização cambial não está sendo acompanhada por importação de bens de capital. Um aumento na participação de bens de consumo, mesmo não demonstrando perda na formação bruta de capital (ver gráfico 10) pode trazer uma perspectiva pessimista no que tange a uma reprimarização da economia como um todo, o que nos mostra a necessidade de uma política cambial combinada com uma política industrial. Até aqui não podemos mostrar uma real conclusão sobre uma possível desindustrialização brasileira, os dados ainda se mostram de certa forma estáveis, porém, há certas pequenas mudanças (principalmente na pauta de importação) que devem ser acompanhadas com maior atenção.

Em se tratando da análise técnica de uma desvalorização administrada da taxa de câmbio, Oreiro e Marconi (2011) argumentam que o processo de desvalorização cambial pode ocorrer de forma gradual, passo a passo, ao longo de vários meses, através de uma banda cambial móvel e exógena para a taxa de câmbio por parte do Banco Central. Para esses autores, o Banco Central deveria fixar o valor máximo e mínimo para a taxa nominal de câmbio a cada mês, programando o ritmo de desvalorização de ambos ao longo desses meses,

¹² Segundo maior Banco de investimentos americano que em 16 de Setembro de 2008 foi anunciado sua quebra, afundado pelo peso de US\$ 60 bilhões em dívidas “incobráveis”.

até que a taxa nominal de câmbio alcance o valor desejado para eliminar a sobrevalorização da taxa real efetiva de câmbio. Para isso o Banco Central deve agir de forma ativa no mercado de câmbio, comprando moeda estrangeira toda vez o mercado forçar a taxa para baixo do preço mínimo e vendendo moeda estrangeira sempre que o mercado forçar a taxa para cima do preço máximo.

O pensamento desses autores nos leva à conclusão de que os impactos dessas operações de compra e venda de moeda estrangeira sobre a base monetária, sobre a taxa básica de juros e sobre a liquidez do sistema bancário, poderão ser adequadamente contrabalanceada pela operação correspondente de compra e venda de títulos públicos. Assim, não há necessidade de mudanças nos regimes de metas de inflação nem na autonomia da política monetária. Outro problema a ser considerado nesse aspecto é a saída em massa de capitais do país em função da desvalorização administrada da taxa de câmbio, assim deve-se adotar algum controle temporário de saída de capitais, pelo menos até que o desalinhamento cambial seja eliminado.

5 CONCLUSÃO

Ao estudar a hipótese de desindustrialização brasileira, passando pelos conceitos, da visão sobre a pauta exportadora, da participação no PIB, da variação do emprego e da ótica importadora, por todas essas análises não há dúvidas, até aqui, sobre os efeitos do câmbio apreciado para as estratégias de crescimento de longo prazo. Apesar de não ser o único indicador para se caracterizar uma desindustrialização é um fator importante na variação da participação da indústria na economia.

No que concerne à hipótese de desindustrialização pela ótica das exportações, o fator preocupante é que há indícios de perda da importância da indústria de transformação. Não se consegue confirmar uma desindustrialização devido à pauta exportadora historicamente possuir maior importância nas commodities agrícolas e minerais, no período estudado há uma tendência de queda, como visto nos dados do Gráfico 3, essa perda recente aliada a já histórica baixa participação a indústria nas exportações traz numa primeira visão uma hipótese forte de desindustrialização. Mas analisando a conjuntura, principalmente levando em conta o mercado interno aquecido para a indústria e o câmbio desfavorável para a exportação a partir da metade da última década, não se pode realmente afirmar se há uma

perda de importância ou um redirecionamento de cenário para o mercado interno aquecido, a hipótese de desindustrialização pela ótica da exportação é uma hipótese fraca.

Uma hipótese de desindustrialização da economia brasileira se confirma no estudo através dos dados de importação, pois mesmo com a facilidade do câmbio para a importação, o percentual de bens de capital não mostram uma melhora nos dados analisados, pelo contrário, perdem 2% em relação ao início da década, isso após ter perdido 4% no período de câmbio desfavorável para importação. A pauta de importação tanto pela análise de intensidade tecnológica como na análise por categoria de uso são favoráveis à hipótese de desindustrialização da economia, apesar de fatores internos como PIB industrial e empregos por setor se manterem estáveis. Para o mercado externo há uma reprimarização da economia, mas os dados internos da economia mostram ainda uma estabilidade.

Por fim, o trabalho demonstrou a importância de que medir a perda da participação da indústria na exportação é algo que, apesar de muito utilizado em trabalhos recentes, é de certa forma, uma metodologia que não abrange totalmente a própria definição dos autores, pois para tal, uma análise mais completa é necessária para não se tirar conclusões apenas a partir de conjunturas. A partir de então não se aplica uma hipótese sólida no caso de desindustrialização, o que se vê é uma tendência de reprimarização da economia principalmente se os dados internos confirmarem a diminuição da importação de bens de capital e o aumento (não justificável) da importação de bens de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Maldição dos recursos naturais**. Folha de São Paulo, São Paulo, 06/06/2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Doença Holandesa e Desindustrialização. **Valor Econômico**. 2008

CLARK, Colin. *The conditions of economic progress*. London: MacMillan. 1957

DE NEGRI, F. Conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro: o papel das empresas estrangeiras. **Texto para Discussão, n. 1074**. Brasília: IPEA. 2005

DIAS, R. F.; PINHEIRO, B. R.. Análise da pauta de exportações brasileiras com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2006: Como tem sido a inserção brasileira no comércio internacional? **Relatório Tópicos Especiais NEC**. Salvador, Bahia. 2007

FURTADO, C.. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. São Paulo: Paz e Terra. 2000

GALA, P. “Real Exchange Rate Levels and Economic Development: theoretical analysis and econometric evidence”. **Cambridge Journal of Economics**, 2008.

MARCONI, Nelson & BARBI, Fernando. Taxa de câmbio e composição setorial da produção: Sintomas de desindustrialização da economia brasileira. **Textos para discussão 255**. FGV, 2010.

NASSIF, André. “Há evidências de desindustrialização no Brasil?”. **Revista de Economia Política**, vol. 28(1): 72-96. 2008

OREIRO, J.L & FEIJÓ, C. “Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro”. *Revista de Economia Política*, Vol.30, 2010.

OREIRO, J. L.; Araújo, E. (2010). “Câmbio e Contas Externas: análise e perspectivas”. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A12 – A12, 18 out.

OREIRO, J.L; MARCONI, N. (2011). “Câmbio: adiar o ajuste pode sair caro”. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A15 – A15, 13 mai.

PALMA, Gabriel. “Four sources of ‘de-industrialisation’ and a new concept of the ‘Dutch Disease’”, in Ocampo, J. A., org. **Beyond Reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability**, Stanford University Press and World Bank. 2005

SEQUEFF, Gabriel C. “Controvérsias sobre a desindustrialização no Brasil”. **IV Encontro Internacional da associação Keynesiana brasileira**. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Vera Martins. Análises da conjuntura 2010. Informativo FIPE. 2010

SOARES, Cristiane & TEIXEIRA, Joanílio R. **Uma abordagem econométrica de desindustrialização no caso brasileiro: elementos para o debate**. UNB, 2010.

ROWTHORN, R. & RAMASWAMY, R. “*Deindustrialization: causes and implications*”. International Monetary Fund, **Staff Studies for the Economic Outlook**, 1997.

TREGENNA, F. “*Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally*”. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 33. 2009

OREIRO, J.L & FEIJÓ, C. “Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro”. **Revista de Economia Política**, Vol.30, n.2. 2010

GALA, P. “*Real Exchange Rate Levels and Economic Development: theoretical analysis and econometric evidence*”. **Cambridge Journal of Economics**, 13, 395-412. 2008